

todos os órgãos de controle no Brasil. O problema é que a auditoria da dívida não entra na pauta. Eles fiscalizam obras públicas, merenda escolar, que são importantes também. Mas, considerando o critério da relevância, que é um dos critérios de auditoria, a dívida pública teria que ser fiscalizada diuturnamente, porque há um enorme volume de recursos que escoam por esse ralo. Acredito que por causa desse indício de que essa auditoria venha a ser realizada, o mercado financeiro já criou mecanismos para criar dívida de forma disfarçada e pagar de forma disfarçada, de tal maneira que a coisa não vai ser contabilizada como dívida. É o tal projeto da securitização.

4 – Existem projetos de lei no Congresso que a Auditoria Cidadã empenha todos os seus esforços para impedir a aprovação. Do que tratam?

São exatamente esses projetos da chamada securitização de créditos. O PLP 459/17 (que possuía o número PLS 204/16, no Senado), assim como o PLP 181/15 e PL 3337/15, que são complementos do primeiro. Essa chamada securitização de créditos está sendo apresentada por meio de uma propaganda completamente mentirosa. Estão dizendo que esses projetos vão ser importantes para acelerar a arrecadação daqueles créditos de difícil arrecadação, da chamada Dívida Ativa, que são valores que não foram pagos no prazo administrativo. Todo ente federado tem uma dívida ativa enorme, em grande parte constituída por créditos de empresas que já quebraram há muito tempo, de pessoas que já morreram ou desapareceram e não terão condições de honrar porque não têm herdeiros, não deixaram bens, etc. Essa parte podre não entra nesse esquema. É como se você tivesse uma montanha de uma coisa podre na sua casa, que tem dificuldade até de jogar no lixo, e alguém ainda paga por isso. Então é uma propaganda irresistível. Querem que todo mundo acredite que isso seria uma coisa boa, mas é uma tremenda mentira.

Nós fizemos uma investigação completa desse mecanismo no caso de Belo Horizonte, porque houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) na Câmara Municipal. Em Belo Horizonte já foi criada uma empresa para operar esse esquema, que é a PBH Ativos S/A. Tivemos acesso aos contratos e aos documentos contábeis. E o que provamos? Esse é um mecanismo de desvio de recursos já arrecadados. Não é negociação daqueles créditos de difícil arrecadação. Esses créditos, como qualquer outro de origem tributária, vão continuar a cargo dos órgãos públicos, que continuarão cobrando, fiscalizando e arrecadando.

Então, o que está sendo transferido? Um pacote de créditos parcelados, selecionados. Os contribuintes vão continuar pagando esses créditos na rede arrecadadora. Se não existisse esse esquema, quando a arrecadação entrasse na rede bancária, ela teria que ser transferida no dia seguinte para a conta do ente federado, seja a União, se o tributo for federal, os Estados, se estadual, ou Municípios, se municipal. O que esse esquema faz? O contribuinte vai continuar pagando, mas, quando o recurso chega na rede arrecadadora, em vez de ir para o cofre público, vai para uma conta vinculada a uma empresa estatal, criada especialmente para operar o esquema. Só que essa empresa estatal não manda nessa conta. Essa conta é da rede bancária, com todo sigilo. E dessa conta somente metade do recurso arrecadado é transferido para o cofre público; a outra metade é desviada para investidores privilegiados. No caso de Belo Horizonte, os recursos foram desviados para o Banco BTG Pactual S/A, que é um dos bancos mais denunciados no Brasil.

Esse esquema **desvia arrecadação tributária** (veja diagrama). Tem a ver com a nossa atividade fiscal. Por isso é muito importante o envolvimento da ANFIP dando divulgação a esse projeto. É como pegar o fruto do trabalho do auditor e apenas a metade vai chegar aos cofres públicos, a outra metade nem chega ao orçamento para ser distribuído. Ainda na rede arrecadadora é desviado. Esse esquema envolve um outro fluxo criminoso, que é a geração da dívida pública disfarçada. Existe uma isca para implantar esse esquema, que é o que está levando governadores e prefeitos ao Congresso Nacional pedindo a aprovação do projeto.